



Proposta de Mestrado Profissional em Políticas Públicas com Ênfase em Poder Judiciário

Missão: O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas tem como missão o desenvolvimento profissional de servidores públicos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de gestão (Federal, Estadual e Municipal), promovendo espaços para o estudo, a pesquisa e a inovação nas distintas etapas das políticas públicas (formulação, implementação e avaliação) com fulcro no contínuo e permanente processo de modernização do Estado e na melhoria da qualidade dos serviços prestados por ele.

Visão: O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pretende se tornar referência na solução de problemas do setor público utilizando teorias de políticas públicas baseadas em evidências e metodologias inovadoras nos diversos ciclos das políticas públicas e em todas as esferas da federação.

Objetivo: 1) Fomentar a gestão do capital intelectual, atuando nas áreas do conhecimento, das competências e das habilidades de forma a contribuir com a gestão pública do Estado de Pernambuco, da região Nordeste e do País; 2) Contribuir com a melhoria dos serviços públicos e a qualificação profissional dos servidores, entendendo-os como essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Estado; 3) Promover a valorização do servidor público para a boa consecução das políticas públicas, oferecendo à sociedade serviços públicos de qualidade; 4) Oferecer aos alunos uma formação orientada para o conhecimento e o domínio do complexo universo das políticas públicas, compreendendo os processos decisórios, o desenho institucional e a gestão; 5) Promover a interação entre Universidade e Sociedade, mais especificamente o conhecimento teórico e metodológico das políticas públicas e o setor público com o propósito de solucionar problemas.

Corpo Docente: possui formação eclética e de alto nível, formado por professores com ampla experiência acadêmica e de gestão (Pró-Reitor, Diretor, Presidente de

Fundação de Apoio entre outros) e por professores que atuam no setor público (Gestor Público Federal e Estadual, Tribunal de Contas, Receita Federal, AGU), uma mescla mais que necessária para o bom funcionamento de um Programa profissional em políticas públicas.

[Corpo Docente do Programa Profissional em Políticas Públicas](#)

Meta: formar 30 magistrado(a)s e funcionário(a)s do Judiciário Estadual de Pernambuco

Duração: 30 meses

Valor total do investimento: R\$950.000,00

Valor mensal por aluno: R\$1055,56

Previsão de início: Março de 2025

Área de Concentração: Políticas Públicas

Linhas de Pesquisa: 1) Implementação e Avaliação de Políticas: Congrega análises sobre a implementação e avaliação de políticas públicas, seus indicadores, métodos e resultados. Foca no papel da burocracia na implementação de políticas e na produção de evidências válidas a partir do desenho de avaliações de impacto para fundamentar a tomada de decisão; 2) Agenda, Desenho, Processo Decisório e Governança: Congrega análises sobre o processo de formação da agenda de políticas públicas, a ênfase em diferentes problemas e a relação com as demandas sociais, o desenho de políticas públicas a partir de seus instrumentos e o uso de insights comportamentais na formulação de intervenções governamentais. Também reúne pesquisas sobre a relação entre os poderes, a articulação entre os entes da federação e a interação entre política, burocracia, mercado e sociedade civil para a tomada de decisão sobre políticas públicas. Inclui análises sobre produção de decisões pelo Poder Executivo, relação Executivo-Legislativo, a judicialização das políticas públicas, governança descentralizada, qualidade da burocracia nos diferentes entes da federação e participação social e influência de grupos de interesse na formulação de políticas.

Desenho do Curso:

Disciplinas Obrigatórias:

- 1) Análise de Dados: Este curso tem como objetivo apresentar aos alunos os fundamentos técnicos e epistemológicos necessários à análise e à compreensão dos dados relativos à formação, à implementação e/ou à execução de políticas públicas. 1. O que é Ciência?; 2. Desenhos de Pesquisa; 3. Por que modelar?; 4. Estudando a política cientificamente; 5. Introdução à estatística; 6. Introdução à probabilidade 7. Análise exploratória: descrevendo os dados; 8. Medidas de dispersão e de tendência central; 9. Análise de variância; 10. Modelos de regressão linear;
- 2) Instituições Políticas I : Nessa disciplina as instituições serão analisadas sob uma perspectiva teórico-histórica, passando pela teoria dos jogos e chegando à base da tomada de decisão com base em evidências. Também serão tratados temas de escolha racional e lógica de ação coletiva, através dos tópicos a seguir: 1. Do Institucionalismo ao Neo-institucionalismo; 2. Teoria dos jogos com seus principais dilemas e paradoxos; 3. Escolha racional e tomada de decisão; 4. Mudança institucional; 5. Diversidade institucional; 6. Instituições formais e informais; 7. Instituições em perspectiva comparada;
- 3) Introdução à Teoria Política: Discutir aspectos fundamentais do pensamento político clássico, moderno e contemporâneo através do estudo de experiências e reflexões políticas, principalmente destas destacadas na literatura de Ciência Política;
- 4) Políticas Públicas: Apresentar as principais teorias e modelos de análise de políticas públicas no campo da ciência política contemporânea. Examinar essas teorias e modelos ao longo do curso por meio de aplicações em trabalhos acadêmicos sobre temas específicos como a reforma do Estado, a implementação de políticas, problemas de ação coletiva, coordenação, gestão, avaliação, bem como conhecer as políticas setoriais. Oferecer um panorama das possibilidades para a análise das instituições em ação;
- 5) Reforma do Estado: Nesta disciplina serão analisados os antecedentes, os desenhos institucionais e as consequências e impactos nas formulações de políticas públicas relacionados com as reformas institucionais realizadas desde a década de 1990, através dos tópicos a seguir: 1. As transformações no papel do Estado; 2. Reforma do estado e democracia; 3. Burocracia e política; 4. Capacidades estatais; 5. Reforma da gestão pública e falhas administrativas; 6. Mitos da reforma do estado; 7. Federalismo e questões institucionais; 8. Governança e eficiência; 9. Reforma do Judiciário; 10. O estado de bem estar social.

Disciplinas Eletivas:

- 1) Governança Digital: A disciplina procura desafiar o participante a desenvolver um pensamento crítico sobre as significativas transformações que estão ocorrendo no cenário atual, em constante evolução tecnológica onde temas como inovação e agilidade adquirem cada vez mais significado e relevância para gestores, tanto no âmbito público quanto privado. Buscando alinhamento, atualização e convergência da governança e gestão da tecnologia com esse novo cenário de transformação digital, esta disciplina procura explorar os seguintes tópicos emergentes: Governança Ágil; Estratégia e Inovação em Governança Digital; Compliance e Transparência digital, e.g. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Governança Digital 4.0; e Governo eletrônico;
- 2) Tópicos Especiais de Gestão: Conceitos básicos sobre Monitoramento e Avaliação de Programas. Tipos de Avaliação de Políticas Públicas. Indicadores Sociais: características e classificação. Principais fontes de dados, pesquisas, cadastros e registros administrativos das políticas públicas no Brasil. Sistemas de Indicadores: aplicações na pesquisa e gestão pública;
- 3) Tópicos Especiais de Metodologia: O principal objetivo do curso é capacitar os estudantes a utilizarem diferentes métodos e técnicas de pesquisa em suas respectivas áreas de atuação. O curso contempla noções de desenho de pesquisa, nível de mensuração de variáveis, estatística descritiva, correlação, análise de regressão linear e logística, análise fatorial e replicabilidade. A ênfase é sobre a compreensão intuitiva das técnicas e sua aplicação prática 1. Desenhos de Pesquisa; 2. Nível de mensuração de variáveis; 3. Estatística descritiva; 4. Correlação; 5. Regressão linear; 6. Regressão logística; 7. Análise fatorial e replicabilidade;
- 4) Direito Constitucional e Administrativo: Proporcionar aos discentes a compreensão das relações entre direito e políticas públicas na Teoria da Constituição e do Direito Administrativo, a partir dos referenciais necessários para a avaliação dos fundamentos materiais e orgânicos da conformação estatal brasileira, relacionando-a aos problemas contemporâneos, em especial as crises enfrentadas pelo referencial da democracia representativa liberal e os desafios da governança pública;
- 5) Direito e Políticas Públicas: Nessa disciplina os alunos irão compreender a importância do Direito Público no desenho de políticas públicas. 1. Fundamentos do Direito Público; 2. Princípios do Direito Administrativo; 3. Administração Pública Direta e Indireta; 4. Atos e Contratos Administrativos; 5. Normas Gerais do Direito Financeiro; 6. Lei de Responsabilidade Fiscal; 7. Competências constitucionais das três esferas de poder; 8. A transversalidade das políticas públicas. 9. Desenho de políticas públicas; 10. Implementação e gestão de políticas públicas;
- 6) Orçamento e Políticas Públicas: Discutir o aspecto político das atividades financeiras e regulações orçamentárias. Analisar o desenho institucional da

questão orçamentária em perspectiva comparada. Identificar as abordagens técnicas e normativas do orçamento na esfera pública. Temas atuais acerca do processo orçamentário brasileiro serão discutidos;

- 7) Políticas Públicas e Poder Judiciário: Esta disciplina pretende situar a interferência do Poder Judiciário no processo decisório e na implantação de políticas públicas, no contexto do fenômeno da judicialização da política. 1. As falhas da teoria dos três poderes e a nova separação de poderes; 2. A Suprema Corte como instituição política; 3. O fenômeno da judicialização da política; 4. O empoderamento do Supremo Tribunal Federal; 5. Judicialização de políticas públicas; 6. O Ministério Público na judicialização das políticas públicas; 7. Judicialização da saúde; 8. Judicialização de direitos fundamentais (descriminalização do aborto, permissão do casamento homoafetivo, criminalização da lgbtfobia); 9. Judicialização de questões ambientais; 10. Judicialização de questões sociais;
- 8) Seminário de Dissertação: O principal objetivo do curso é capacitar os participantes na escrita acadêmica. Discutiremos aspectos formais e substantivos da redação científica, com ênfase na elaboração dos projetos de tese. Ao final, o participante deverá dominar os conceitos de transparência e replicabilidade e será capaz de redigir sua proposta a partir de uma perspectiva de Open Policy Analysis. 1. Replicabilidade; 2. Transparência; 3. Planos de Pré-registro e Pré-análise; 4. Revisões sistemáticas e Meta-análise; 5. Open Science Framework (OSF); 6. Escrita de artigos e projetos científicos 7. Impacto social da produção acadêmica.

Minicursos: 1) Métodos Qualitativos; 2) Machine Learning e 3) IA

Palestras: Serão realizadas 3 palestras